



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Auditor-Fiscal do Tesouro Estadual
AFTE - RN - 2004/2005

Prova II

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:
"Um problema só surge, quando estão reunidas todas as condições para solucioná-lo."
- 4 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30mim**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nessa prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.11 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não**-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Essa prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Ética do Servidor na Administração Pública	01 a 10	1
Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte	11 a 20	
Informática	21 a 30	
Processo Administrativo Tributário	31 a 50	1,5
Direito Tributário	51 a 70	

Boa Prova!

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01- Sobre os princípios constitucionais da administração pública, pode-se afirmar que

- I. o princípio da legalidade pode ser visto como incentivador do ócio, haja vista que, segundo esse princípio, a prática de um ato concreto exige norma expressa que o autorize, mesmo que seja inerente às funções do agente público;
- II. o princípio da publicidade visa a dar transparência aos atos da administração pública e contribuir para a concretização do princípio da moralidade administrativa;
- III. a exigência de concurso público para ingresso nos cargos públicos reflete uma aplicação constitucional do princípio da impessoalidade;
- IV. o princípio da impessoalidade é violado quando se utiliza na publicidade oficial de obras e de serviços públicos o nome ou a imagem do governante, de modo a caracterizar promoção pessoal do mesmo;
- V. a aplicação do princípio da moralidade administrativa demanda a compreensão do conceito de "moral administrativa", o qual comporta juízos de valor bastante elásticos;
- VI. o princípio da eficiência não pode ser exigido enquanto não for editada a lei federal que deve defini-lo e estabelecer os seus contornos.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, IV e VI.
- d) II, III, IV e VI.
- e) III, IV, V e VI.

02- De acordo com o § 4º do art. 37 da Constituição Federal,

- I. os atos de improbidade administrativa são apenas os relacionados nesse dispositivo constitucional, não sendo lícito ao legislador ordinário apontar outras hipóteses de improbidade, sob pena de afrontar a Constituição Federal;
- II. a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são penas alternativas, não sendo lícito ao julgador aplicá-las cumulativamente;
- III. a indisponibilidade de bens é uma medida de natureza cautelar que visa a garantir o ressarcimento do erário;
- IV. a aplicação das penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa impede que se intente a ação penal, pelos mesmos fatos;
- V. a lei deve estabelecer a gradação das penas a serem aplicadas, por ato de improbidade administrativa;
- VI. a propositura da ação de improbidade administrativa não impede que se intente a ação penal, pelos mesmos fatos.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e IV.
- b) I, II e VI.
- c) I, V e VI.
- d) III, V e VI.
- e) III, IV e V.

03- Configura enriquecimento ilícito no exercício da função pública

- a) agir negligentemente na arrecadação de tributo.
- b) a liberação de verba pública sem a observância das normas pertinentes.
- c) permitir a aquisição de bem público por valor superior ao de mercado.
- d) frustrar a licitude de processo licitatório.
- e) o servidor público aumentar o seu patrimônio de forma desproporcional à sua renda, se não conseguir justificar a origem lícita desse aumento.

04- Configuram ato de improbidade administrativa as seguintes condutas praticadas por um Auditor-Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte:

- I. prestar serviço de consultoria a uma empresa contribuinte do ICMS, sediada nesse Estado;
- II. deixar de adotar, por displicência, as medidas necessárias à cobrança do ICMS devido por uma empresa, dando causa, com tal conduta, à prescrição da dívida;
- III. revelar a terceiros a situação fiscal de um contribuinte, cujo conhecimento decorreu do exercício das funções;
- IV. morar gratuitamente num imóvel de propriedade de um contribuinte do ICMS, sediado no mesmo município onde exerce suas funções.

Estão corretas as afirmativas

- a) apenas I e III.
- b) apenas II e IV.
- c) apenas I, II e III.
- d) apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

05- Assinale a afirmativa correta.

- a) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa somente se aplicam aos que ostentam a condição de agente público.
- b) O herdeiro do servidor público que se enriqueceu ilícitamente no exercício da função pode perder o quinhão da herança que seja fruto do enriquecimento ilícito.
- c) A indisponibilidade dos bens, para fins de garantir o ressarcimento do dano, nos casos de improbidade administrativa, somente pode ser requerida depois de transitar em julgado a condenação imposta.
- d) Para fins da Lei de Improbidade Administrativa, somente pode ser considerado agente público a pessoa que ocupe um cargo público remunerado.
- e) Empregado de sociedade de economia mista não está sujeito à Lei de Improbidade Administrativa.

06- Um Auditor-Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte, após encerrar a fiscalização de um contribuinte, recebeu do mesmo, como recompensa pela forma educada com que conduziu a fiscalização, uma semana de estada, com a família, num *resort* de propriedade desse contribuinte. Aceitou a oferta e a usufruiu. Nessa hipótese, pode-se afirmar que a conduta desse servidor

- I. configura ato de improbidade administrativa;
- II. configura crime de corrupção passiva;
- III. configura infração disciplinar grave, sancionada com a pena de demissão, nos termos da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994;
- IV. não configura nenhuma das infrações mencionadas porque foi apenas uma cortesia do contribuinte e somente oferecida após o encerramento da fiscalização;
- V. não configura nenhuma das infrações mencionadas porque o servidor cumpriu corretamente com o seu dever durante os trabalhos de fiscalização.

Estão corretas as afirmativas

- a) apenas I, II e III.
- b) apenas IV e V.
- c) apenas I e III.
- d) apenas a afirmativa III.
- e) apenas a afirmativa V.

07- Um servidor da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, por ter bons conhecimentos de informática, efetuou, por conta própria, alterações no sistema de controle de pagamentos do ICMS, visando a torná-lo mais eficiente. Pode-se afirmar que essa conduta

- I. configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- II. configura crime de inserção de dados falsos em sistema de informações;
- III. configura crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações;
- IV. configura infração disciplinar grave, sancionada com a pena de demissão, nos termos da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994;
- V. não configura crime porque o propósito do servidor foi em benefício do serviço.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I, IV e V.
- e) Apenas a afirmativa III.

08- De acordo com a Lei Complementar nº 122, de 30.06.1994, a pena aplicável ao servidor que se ausenta do serviço, durante o expediente, sem a prévia autorização do chefe imediato é

- a) censura.
- b) advertência.
- c) suspensão até 15 dias.
- d) suspensão até 90 dias.
- e) demissão.

09- Em relação à responsabilidade do servidor, pode-se afirmar que,

- I. nos casos em que a Fazenda Pública for condenada a indenizar terceiro, poderá ingressar com ação contra o servidor causador do dano, para fins de ser ressarcida do valor da condenação, se o servidor tiver agido com dolo ou culpa;
- II. não pode haver condenação criminal e civil, pelo mesmo fato, sob pena de configurar um *bis in idem*;
- III. nos casos em que a sentença criminal absolver o servidor, por falta de prova, não poderá haver responsabilização nas esferas cível e administrativa;

IV. a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles é executada até o limite do valor da herança recebida;

V. a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, IV e V.
- d) I, III, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

10- Com relação ao processo administrativo disciplinar, pode-se afirmar que

- I. ao servidor indiciado em sindicância deve ser assegurado o direito de oferecer defesa escrita;
- II. não pode participar da comissão de inquérito o servidor que for subordinado hierarquicamente ao investigado;
- III. o relatório da comissão de sindicância que concluir que a infração está capitulada como ilícito penal não pode ser encaminhado ao Ministério Público;
- IV. a ampla defesa que deve ser assegurada no curso do inquérito administrativo inclui a produção de prova pericial;
- V. o servidor investigado pode ser afastado preventivamente do exercício do cargo, pelo período que durar o processo administrativo disciplinar.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e IV.
- b) II, IV e V.
- c) I, II, III e V.
- d) I, IV e V.
- e) III, IV e V.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

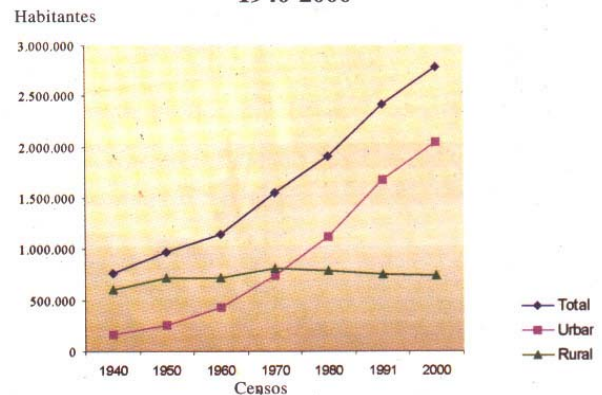
- 11- A Caatinga é um importante ecossistema do Rio Grande do Norte. Entre as suas características podemos destacar
- a) a vegetação arbustiva e clima tropical úmido.
 - b) a predominância de uma vegetação arbórea e semi-arbustiva e clima semi-árido.
 - c) a presença de solos do tipo litólicos e vegetação arbórea.
 - d) a presença de vegetação do tipo xerófila e sub-xerófila e solos litólicos eutróficos.
 - e) em clima semi-úmido e vegetação de cactáceas.
- 12- Em 1970, o IBGE divide o Rio Grande do Norte em 10 Microrregiões Homogêneas, agrupando em cada uma delas os municípios que apresentavam semelhanças e homogeneidades, não só no quadro natural, mas também no econômico.

Com relação à Microrregião Agreste Potiguar é correto afirmar que

- a) apresenta uma média de pluviosidade em torno de 800 a 1000 mm ao ano, predominando um clima quente, úmido e sub-úmido.
- b) apresenta um clima quente e sub-úmido, com chuvas concentradas entre março e junho com índices superiores a 1000 mm anuais e onde se concentram as atividades econômicas mais significativas.
- c) apresenta certos contrastes paisagísticos, com importantes vales fluviais e serras e se caracteriza como uma das mais secas do Estado.
- d) se caracteriza como uma área de transição, com a presença dos contrafortes da Serra da Borborema e concentra pontos elevados do relevo do Estado.
- e) se caracteriza por uma das microrregiões mais secas e mais quentes, ocupando parte da depressão sertaneja do Estado, com altitudes pouco significativas.

- 13- Os censos demográficos realizados pelo IBGE no período de 1940 e 2000 mostram-nos uma tendência à urbanização no Rio Grande do Norte. Os dados apresentados no gráfico abaixo revelam-nos que “até a década de 70, a população rural do Estado vinha apresentando um crescimento positivo e a partir desse período passou a apresentar um crescimento negativo” (FELIPE *et al.* 2004, p. 30).

**Evolução do Crescimento Populacional
1940-2000**

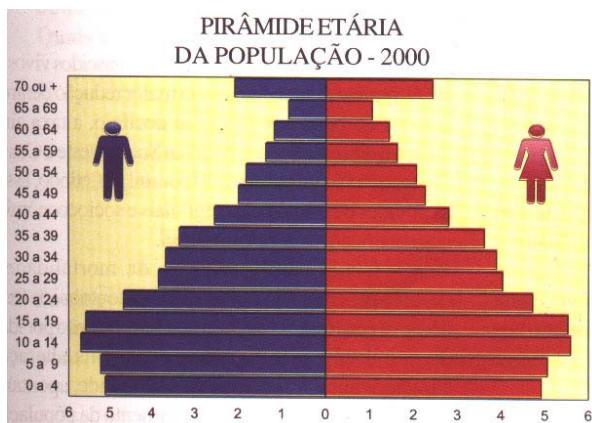
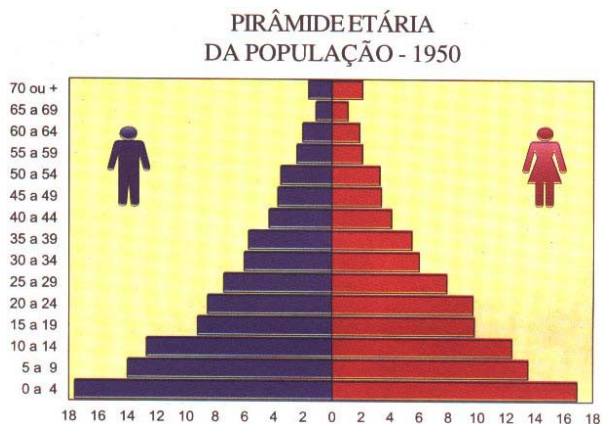


Fonte: IBGE

Considerando o que retrata o texto e os dados contidos no gráfico, essa mudança aconteceu em virtude do (da)

- a) processo de modernização da agricultura do Estado no qual a máquina passa a exercer a atividade produtiva em detrimento da mão-de-obra da classe trabalhadora.
- b) crise da base econômica do Estado, que até então era sustentada pelas atividades agropecuárias, pela mineração e pela produção do sal.
- c) instalação de perímetros irrigados, provocando a concentração da terra e, com efeito, a expulsão do homem do campo.
- d) incentivo à migração campo-cidade em virtude das políticas públicas urbanas voltadas para a habitação.
- e) esgotamento dos solos provocado pelas constantes secas, fazendo com que o homem do campo migre para as grandes cidades.

14- A análise das pirâmides etárias abaixo, permite-nos afirmar que no Rio Grande do Norte ocorreu



Fonte: IBGE, 2003

- a redução da natalidade e aumento da mortalidade infantil.
- o aumento da população jovem e a diminuição da população adulta.
- a melhoria da qualidade de vida e, portanto um aumento da taxa de natalidade.
- o equilíbrio entre as taxas de natalidade e o aumento da mortalidade.
- a redução das taxas de mortalidade e a elevação da expectativa de vida entre 1950 e 2000.

15- A mineração junto com o algodão e a pecuária foram atividades econômicas importantes para o processo de ocupação e crescimento econômico do interior potiguar. No caso específico da produção de scheelita, a Microrregião do Estado do Rio Grande do Norte que mais se beneficiou com essa produção foi

- Borborema potiguar.
- Agreste potiguar.
- Seridó.
- Serrana Norte-rio-grandense.
- Sertão de Angicos.

16- Cultivado(a) em diversas áreas do Estado do Rio Grande do Norte, destaca-se, na atualidade, por ser um dos principais produtos de exportação do vale do Açu, sendo o município de Ipanguaçu um dos principais produtores.

O texto acima se refere ao cultivo do (a)

- melão.
- castanha de caju.
- uva.
- banana.
- manga.

17- Na atualidade apresenta-se como uma importante atividade para a economia potiguar. No entanto, a sua realização é motivo de preocupações por parte da sociedade, tendo em vista constituir uma atividade ameaçadora do equilíbrio ambiental marinho e, particularmente do mangue.

A atividade a que o texto faz referência é o(a)

- carcinicultura.
- pesca da lagosta em áreas profundas.
- pesca predatória.
- expansão das salinas.
- desenvolvimento do turismo.

18- Atividade turística no Rio Grande do Norte tem apresentado intenso crescimento inclusive no interior do Estado. Dois municípios têm-se destacado enquanto roteiro turístico no interior, devido às suas características naturais, em especial a geomorfologia.

Os municípios em questão são

- a) Apodi e Pau dos Ferros
- b) Umarizal e São Miguel
- c) Cerro Corá e Lagoa Nova
- d) Florânia e Tenente Laurentino
- e) Martins e Portalegre

19- "A fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte respondeu em 2002 por 25% das exportações estaduais, entretanto, o período de maior crescimento, principalmente em termos de exportação, ocorreu no período de 1995 a 1998." (Felipe *et al.* 2004).

Entre os frutos que se destacaram na ponta das exportações do Estado no ano 1998, respectivamente, foram

- a) manga, castanha de caju e melão.
- b) melão, manga e banana.
- c) melão, castanha de caju e manga.
- d) banana, melão e castanha de caju.
- e) castanha de caju, melão e banana.

20- "O pólo gás-sal corresponde a um grande projeto de criação de indústrias no Rio Grande do Norte, tendo como base o aproveitamento do sal, gás natural, petróleo e calcáreo, existentes com certa abundância no Estado. Com a utilização do gás natural, o projeto prevê a construção de usinas termoelétricas a fim de gerar energia elétrica para as indústrias instaladas." (Felipe e Carvalho, 2002).

Entre essas usinas se destaca a Termoçu que está sendo construída no município de

- a) Macau.
- b) Alto do Rodrigues.
- c) Açú.
- d) Pendências.
- e) Ipanguçu.

INFORMÁTICA

21- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet.

- I. Na Internet, a escolha do caminho por onde uma mensagem deve transitar é chamado de roteamento.
- II. Um endereço eletrônico de e-mail consiste de uma seqüência de nomes separados por ponto, por exemplo, **www.meunome.com.br**, podendo ser entendido como a versão legível do endereço IP.
- III. Quando copia um arquivo da rede para o seu computador, o usuário está fazendo um *download*. A expressão pode ser aplicada para cópia de arquivos de servidores FTP, imagens transferidas diretamente da tela do navegador ou quando as mensagens de correio eletrônico são trazidas para o computador do usuário.
- IV. A linguagem padrão, de âmbito internacional, para a programação de sites na Web que possibilita que todas as ferramentas de navegação exibam o conteúdo do site é conhecida como WWW.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

22- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet.

- I. Intranet é uma rede privada que se baseia na mesma tecnologia da Internet, mas que é utilizada para agilizar e incrementar a comunicação e a produtividade dentro de uma empresa.
- II. Duas Intranets podem ser interligadas por meio de uma VPN.
- III. O comércio eletrônico é normalmente definido como a arte ou técnica de vender produtos eletrônicos ou eletrônicos por meio de redes interconectadas que utilizam tecnologias baseadas em rede.
- IV. No comércio eletrônico seguro, os parceiros comerciais devem utilizar apenas suas Intranets para trocarem informações e realizarem transações seguras.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) III e IV
- b) II e III
- c) I e II
- d) I e III
- e) II e IV

23- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet.

- I. O MPEG foi criado para comprimir imagens retiradas do mundo real. Funciona bem com fotos e desenhos naturalísticos, mas não é tão eficiente com desenhos de letras, linhas e *cartoons*.
- II. A Internet2 é uma rede paralela à Internet formada por universidades para desenvolver aplicações avançadas para a área acadêmica e de pesquisa.
- III. Host é um computador ligado permanentemente à rede que mantém um repositório de serviços para outros computadores na Internet.
- IV. A definição formal de HTML une os conceitos de hipertexto e multimídia. Ou seja, um documento HTML contém imagens, sons, textos e vídeos, como qualquer título multimídia.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

24- Um protocolo é um conjunto de regras e convenções para envio de informações em uma rede. Essas regras regem, além de outros itens, o conteúdo e o controle de erro de mensagens trocadas pelos dispositivos de rede. Com relação a estas regras e convenções é correto afirmar que

- a) o protocolo de rede SNMP é usado para gerenciar redes TCP/IP - *Transmission Control Protocol/Internet Protocol*. Em alguns sistemas operacionais, o serviço SNMP é utilizado para fornecer informações de *status* sobre um *host* em uma rede TCP/IP.
- b) uma conexão DHCP pode utilizar um servidor TCP/IP para obter um endereço IP.
- c) o IP é o protocolo mensageiro do TCP/IP responsável pelo endereçamento e envio de pacotes na rede, fornecendo um sistema de entrega com conexões que garante que os pacotes cheguem a seu destino na seqüência em que foram enviados.
- d) o protocolo FTP é o mensageiro do TCP/IP, responsável pelo endereçamento e envio de pacotes FTP na rede. O FTP fornece um sistema de entrega sem conexões que não garante que os pacotes cheguem a seu destino.
- e) os protocolos FTP, SMTP, POP3 e HTTP são os únicos da família de protocolos TCP/IP utilizados na Internet que fornecem um sistema de entrega sem conexões, mas que garantem que os pacotes cheguem a seu destino na seqüência em que foram enviados.

25- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos de proteção e segurança da Informação.

- I. O SSL é um protocolo para comunicações seguras em redes que usam uma combinação de tecnologia de chave secreta e pública.
- II. Uma CA (Autoridade de Certificação) é uma entidade responsável pelo estabelecimento e a garantia da autenticidade de chaves públicas pertencentes a usuários ou a outras autoridades de certificação.
- III. Uma VPN é a extensão da Internet que engloba vínculos autenticados, criptografados e encapsulados. Geralmente utilizadas por entidades financeiras para conexão com seus clientes domésticos, as conexões do tipo VPN podem fornecer acesso remoto e conexões seguras à Internet.
- IV. Um sistema tolerante a falhas está relacionado à habilidade de um computador ou sistema operacional em assegurar a integridade dos dados quando falhas de hardware ocorrem. No gerenciamento de disco, apenas volumes espeelhados são tolerantes a falhas.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

26- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos de hardware.

- I. O barramento USB é um barramento externo que dá suporte à instalação *plug and play*.
- II. Uma porta infravermelha é uma porta óptica utilizada em um computador para se comunicar com outros computadores ou dispositivos usando luz infravermelha e um cabo de fibras ópticas.
- III. O uso do barramento USB permite a conexão e a desconexão de dispositivos de um computador sem desligar ou reiniciar o mesmo, sendo possível o uso de uma única porta USB para se conectar mais de 16 dispositivos periféricos.

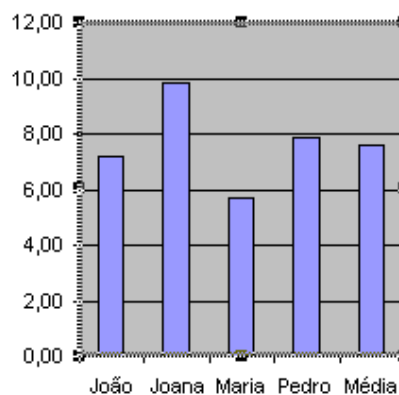
IV. Um pool de impressão deve ser formado por duas ou mais impressoras diferentes conectadas a um servidor de impressão que agirá como uma única impressora. Nesse caso, quando se deseja imprimir um documento, o trabalho de impressão é enviado à impressora denominada Padrão, que se encarrega de distribuir os trabalhos para as impressoras disponíveis no pool.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

27- Analise a planilha e o gráfico a seguir.

	A	B	C	D	E
1	Nome	Prova 1	Prova 2	Prova 3	Média
2	João	8,0	7,0	7,0	7,17
3	Joana	9,0	10,0	10,0	9,83
4	Maria	7,0	6,0	5,0	5,67
5	Pedro	10,0	8,0	7,0	7,83
6	Média	8,5	7,8	7,3	7,63



Considerando a situação apresentada é correto afirmar que

- a) a média de João foi calculada utilizando a fórmula “=MÉDIA(B2:D2)/3”.
- b) o resultado da célula E6 pode ser obtido tanto pela fórmula “=MÉDIA(E2:E5)” quanto pela fórmula “=MÉDIA(B6:D6)”.
- c) o gráfico apresentado foi produzido a partir da seleção de toda a planilha.
- d) o gráfico apresentado foi produzido a partir da seleção da coluna A e da linha 6.
- e) o gráfico apresentado foi produzido a partir da seleção das colunas A e E.

28- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos de hardware e software.

- I. O mais importante pacote de software de um computador é o conjunto de *drives* nele instalados, utilizados para controle de todos os periféricos.
- II. O sistema operacional é um sistema integrado de programas que gerencia as operações da CPU, controla os recursos e atividades de entrada/saída e de armazenamento e fornece vários serviços de apoio à medida em que o computador executa os programas aplicativos dos usuários.
- III. O sistema operacional executa atividades que minimizam a necessidade de intervenções dos usuários, como, por exemplo, acesso à rede e gravação e recuperação de arquivos.
- IV. Para obter o rendimento máximo de um computador utilizado como servidor, o sistema operacional deverá ser acionado após a inicialização de todos os aplicativos de gerenciamento de rede.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

29- Os tipos de backups determinam quais dados sofrem a cópia de segurança e a forma como ela deve ser feita. Com relação a este assunto é correto afirmar que

- a) o backup incremental deve ser feito sempre antes de um backup normal.
- b) o backup normal deve ser feito sempre após um backup diferencial e só deve ser descartado após o próximo backup incremental.
- c) o uso de um backup normal diário dispensa o uso de um backup incremental semanal.
- d) o uso de um backup diferencial após um backup normal pode danificar todo o sistema de backup de uma empresa se, após a sua realização, não for feito um backup incremental.
- e) a principal diferença entre os backups normal, incremental e diferencial está no sistema de fitas utilizado para armazená-los.

30- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos.

- I. Os arquivos com extensões criadas para tipos específicos são, em geral, denominado "tipo de arquivo registrado". Estes tipos de arquivos não são rastreados pelo registro do sistema operacional.
- II. Recursos compartilhados podem ser definidos como os recursos da rede disponíveis para os usuários, tais como pastas, arquivos ou impressoras. Um recurso compartilhado também pode se referir a um recurso em um servidor, disponível para usuários da rede.
- III. Quanto maior o tamanho de cluster utilizado, também chamado de tamanho da unidade de alocação, mais eficiente será o armazenamento de informações no disco.
- IV. Uma unidade de alocação é a menor quantidade de espaço em disco que pode ser alocada para manter um arquivo.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- 31- Considerando as normas que regulam os procedimentos e o processo administrativo tributário, assinale, a seguir, a opção que contém uma proposição verdadeira.
- a) Tendo em vista que a administração tributária tem o dever de guardar sigilo sobre as informações a que tem acesso, relativas à situação econômica ou financeira do sujeito passivo, o servidor que atender requisição de informações dessa natureza por Comissão Parlamentar de Inquérito, sem autorização escrita por parte do poder judiciário, responde funcional e criminalmente.
 - b) As petições do administrado quanto a assunto de seu legítimo interesse e para as quais não haja procedimento específico previsto em lei serão liminarmente arquivadas.
 - c) Não cabe recurso da decisão singular que rejeitar exceção de impedimento da autoridade julgadora.
 - d) Poderão ser fornecidas ao sujeito passivo cópias dos documentos constantes dos autos, exceto se constituírem prova de crime contra a ordem tributária.
 - e) Tendo em vista o princípio da economia processual, a autoridade administrativa da repartição processante por onde tramitar o processo só retornará o processo para que sejam supridas ou corrigidas deficiências ou irregularidades nele verificadas se ela própria não puder saná-las.

- 32- Considerando as disposições relativas aos procedimentos e ao processo administrativo tributário, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Em caso de pessoa jurídica, a intimação pessoal do contribuinte pode ser feita a quem o represente na forma da lei, do contrato ou dos estatutos, ou na pessoa de qualquer de seus sócios, no endereço de sua residência ou domicílio tributário, ficando a escolha a critério do Auditor-Fiscal do Tesouro Estadual.
- () Se a intimação for feita por via eletrônica, deve ser juntada aos autos prova de sua expedição.
- () Considera-se não efetivada a intimação por via postal quando do respectivo AR não constar a data do recebimento.
- () A inexistência de prova de intimação válida acarreta nulidade insanável de todo o processo.

- a) F, F, V, V
- b) V, F, F, F
- c) F, V, F, F
- d) V, F, V, F
- e) V, F, V, V

- 33- Assinale, a seguir, a opção que representa uma assertiva correta.

- a) Se o autuado recusar-se a assinar o auto de infração, a autoridade deve intimá-lo por edital.
- b) Se o sujeito passivo não apresentar a defesa no prazo certo, a autoridade preparadora deve lavrar nos autos o Termo de Revelia e encaminhar imediatamente o processo para inscrição na dívida ativa.
- c) Com a lavratura do auto de infração encerra-se definitivamente a participação do autuante no processo, que só poderá novamente falar nos autos por determinação do julgador monocrático ou do órgão julgador de segunda instância, para esclarecimento de dúvidas.
- d) A nulidade de qualquer ato processual pode ser declarada pela autoridade preparadora, pela autoridade julgadora ou pelo Titular da Secretaria de Tributação.
- e) A ausência, insuficiência ou inexatidão dos fundamentos legais do lançamento não constituem, necessariamente, causas de nulidade do ato.

34- Contra determinado contribuinte foi lavrado auto de infração para exigência de crédito tributário compreendendo tributo, juros de mora e multa punitiva. O auto de infração foi lavrado e entregue ao contribuinte no dia 04 de julho de 2003 (sexta-feira). O contribuinte recusou-se a assinar o auto de infração, o que foi consignado por termo pelo auditor autuante, com assinatura de uma testemunha. Entregue o auto na repartição processante, essa, após protocolizá-lo e fazer os registros competentes, tirou cópia da primeira via em seu poder, autenticou-a e postou-a, mediante AR, no dia 10 de julho seguinte (quinta-feira). O AR retornou e foi juntado aos autos no dia 18 de julho (sexta-feira), não tendo nele sido aposta, pelo recebedor, a data do recebimento. No dia 06 de agosto (quarta-feira), não tendo sido recebida a impugnação, foi lavrado o Termo de Revelia. Nessa situação, é correto dizer que

- a) o Termo de Revelia é nulo, pois não existe prova nos autos de que o contribuinte foi validamente intimado.
- b) mesmo não tendo apresentado impugnação, o sujeito passivo não perde o direito de interpor recurso voluntário.
- c) o Termo de Revelia só seria válido se fosse lavrado a partir do dia 28 de agosto ou em data posterior, desde que até essa data não tivesse sido apresentada a impugnação.
- d) o Termo de Revelia só seria válido se fosse lavrado a partir do dia 21 de agosto ou em data posterior, desde que até essa data não tivesse sido apresentada a impugnação.
- e) a recusa em assinar o auto de infração acarreta agravamento da penalidade imposta ao contribuinte.

35- Contra determinado contribuinte foi lavrado auto de infração, tendo sido apuradas três infrações, **A**, **B**, e **C**. O contribuinte apresentou impugnação tempestiva na qual alega que não cometeu a infração **A**, deduzindo razões de fato e de direito para fundamentar suas alegações, e que a disposição legal que caracteriza infração **B** é inconstitucional pelas razões que aduz, o que um dia viria a ser reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Juntou provas documentais e requereu a produção de perícia para provar não ter cometido a infração **A**. Requereu, afinal, fosse o auto de infração considerado improcedente e cancelada a exigência. O julgador indeferiu a perícia, ao fundamento de que as provas constantes dos autos são suficientes para formar sua convicção. Apreciou apenas as razões relativas à infração **A** e, ao decidir, exonerou o contribuinte apenas de parte da exigência referente à infração **C**, por ter constatado erro comprovado cometido pelo autuante, na determinação da base de cálculo a ela relativa.

Considerando a situação descrita, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () A decisão é nula por cerceamento de defesa, pois o julgador só poderia indeferir a perícia ao fundamento de que as provas dos autos eram suficientes se fosse para decidir a favor do contribuinte.
- () Em relação à infração **C** não se estabeleceu o litígio, sendo ilegal a decisão da autoridade julgadora que reduziu a exigência.
- () O indeferimento da perícia permite que ela seja pleiteada em segunda instância.
- () O julgador agiu com acerto ao não conhecer das razões de impugnação em relação à infração **B**.

- a) V, V, F, F
- b) F, V, V, V
- c) V, V, V, V
- d) F, F, V, V
- e) F, F, F, F

- 36- Determinado contribuinte, entendendo fazer jus à isenção do tributo, impetrou mandado de segurança, tendo obtido liminar determinando que a autoridade se abstinhasse de efetuar o lançamento. Nessa situação, e considerando as disposições contidas no Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar que
- a) estão fluindo os prazos de decadência e de prescrição.
 - b) está fluindo apenas o prazo de decadência, devendo a autoridade formalizar o lançamento para preveni-la.
 - c) não estão fluindo os prazos de decadência e de prescrição.
 - d) se ocorrer a prescrição, a autoridade não pode reconhecê-la e declará-la de ofício.
 - e) se ocorrer a decadência enquanto o contribuinte estiver acobertado pela medida liminar, a autoridade deve reconhecê-la e declará-la de ofício.
- 37- Tendo em vista as normas que regulam os procedimentos e o processo administrativo tributário, assinale, a seguir, a assertiva verdadeira.
- a) A lavratura de termo de apreensão de livros e documentos exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos praticados até o final da fiscalização.
 - b) Uma vez intimado para regularizar sua situação fiscal, o contribuinte tem um prazo máximo de 72 horas para atender a solicitação com os benefícios da espontaneidade.
 - c) Sob pena de invalidade, o auditor deverá lavrar, em livro próprio do sujeito passivo, termo circunstanciado de todos os atos praticados no procedimento de fiscalização, neles apondo sua assinatura e número de matrícula.
 - d) Se o procedimento de fiscalização não for concluído no prazo de sessenta dias, os atos praticados perdem a validade.
 - e) Tendo em vista a imunidade recíproca, não se sujeitam à fiscalização estadual as pessoas jurídicas de direito público.
- 38- Entre as opções abaixo, assinale a que, segundo as normas previstas no Regulamento dos Procedimentos e do Processo Administrativo Tributário, não consta como requisito do Auto de Infração.
- a) Hora da lavratura.
 - b) Nome e matrícula do superior hierárquico do auditor autuante.
 - c) Endereço da repartição processante do processo.
 - d) Referência expressa ao Termo de Fiscalização.
 - e) Citação dos dispositivos que cominam as sanções às infrações cometidas.
- 39- Assinale a assertiva que, de acordo com as normas que regem os procedimentos e o processo administrativo-tributários, seja verdadeira.
- a) O auto de infração deve ser lavrado em quatro vias, devendo a primeira via ser entregue no prazo de 48 horas à repartição processante, com suas páginas numeradas e rubricadas pelo auditor autuante.
 - b) É vedado o reexame de matéria contida em período já abrangido por fiscalização anterior, exceto nos casos de procedimentos relacionados com auditoria e correição ou se se tratar de investigações para atendimento de requisições do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário.
 - c) Sob pena de invalidade, o auto de infração deve ser lavrado no domicílio fiscal do autuado.
 - d) Sempre que forem realizadas perícias, vistorias, avaliações ou arbitramentos, as despesas decorrentes serão custeadas pelo autuado.
 - e) A autoridade julgadora pode indeferir a solicitação de perícia se considerá-la meramente protelatória.

40- Considerando as disposições relativas aos procedimentos e ao processo administrativo tributário, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Uma vez definitivamente constituído o crédito tributário formalizado, a autoridade administrativa deve remeter o processo à Procuradoria da Dívida Ativa para inscrição e cobrança executiva no prazo de cinco dias contados de sua constituição definitiva.
- () Uma vez inscrito na dívida ativa, a não ser na hipótese de erro material da inscrição, o crédito tributário não é mais passível de ser alterado na esfera administrativa.
- () Ocorrendo rescisão de parcelamento por descumprimento das condições estabelecidas para sua concessão, a autoridade administrativa deve remeter os autos para inscrição em dívida ativa.

- a) F, V, V
- b) F, F, F
- c) V, V, V
- d) V, F, V
- e) V, F, F

41- Considerando a hipótese de lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, assinale a proposição incorreta.

- a) Se o lançamento tiver sido tempestivamente impugnado, os erros e incorreções detectados na formalização do crédito não poderão ser saneados, de ofício, pela autoridade responsável pela administração do lançamento.
- b) O saneamento de ofício, pela autoridade responsável pela administração do lançamento, de erros e incorreções identificados na formalização do crédito, deve ser procedido por meio da lavratura do correspondente termo.
- c) Quando a correção de erros identificados no auto de infração resultar em oneração para o contribuinte, ele deve ser cientificado, com concessão de novo prazo para impugnação.
- d) Se a autoridade discordar da exigência não-impugnada, em razão de erro de fato nela detectado, deverá exarar despacho fundamentando sua discordância e submetê-lo ao Secretário de Tributação
- e) Se a autoridade preparadora verificar que a exigência foi constituída a maior, baixará os autos à autoridade lançadora para promover a regularização.

42- Ao apreciar a impugnação ao auto de infração, a autoridade julgadora constatou, a partir das provas e circunstâncias existentes nos autos, que a exigência tributária foi constituída a menor, em razão de erro na determinação da base de cálculo. Nesse caso, a autoridade julgadora deverá

- a) exigir a diferença na própria decisão de primeira instância, reabrindo o prazo para o sujeito passivo impugnar ou pagar o valor agravado.
- b) uma vez decidido o litígio instaurado, representar à autoridade lançadora para constituir o crédito relativo à diferença apurada.
- c) exigir a diferença na própria decisão de primeira instância, uma vez que o contribuinte, não concordando com o decidido, inclusive quanto ao valor agravado, pode interpor recurso voluntário, ficando afastada a possibilidade de alegação de cerceamento de defesa.
- d) retornar os autos à repartição de origem para que a autoridade lançadora lavre auto complementar, somente proferindo a decisão do litígio após a efetivação do auto complementar e o decurso do prazo legal para pagamento ou impugnação.
- e) retornar os autos à repartição de origem para que o autuante anule o auto de infração lavrado a menor, substituindo-o por outro que formalize a exigência pelo seu valor integral.

43- Considerando as disposições relativas aos procedimentos e ao processo administrativo tributário, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Tendo em vista o direito de livre acesso ao Judiciário, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição da República Federativa do Brasil (garantia constitucional à prestação jurisdicional), a proposição de ação judicial relativa à matéria objeto de processo administrativo tributário em curso não acarreta nenhuma consequência em relação ao processo administrativo.
- () O pedido de parcelamento do crédito tributário antes de findo o processo caracteriza a desistência do litígio na esfera administrativa.
- () Somente em caráter excepcional será concedida vista dos autos às partes interessadas, se esses se encontrarem nos órgãos julgadores.
- () Para intervir no processo administrativo tributário, o contribuinte, se pessoa jurídica, deve ser representado por advogado constituído, devendo a procuração ser anexada aos autos.

- a) F, V, V, F
- b) V, F, V, V
- c) F, V, F, F
- d) V, F, F, V
- e) F, F, V, F

44- Assinale a opção que indica uma assertiva verdadeira.

- a) A autoridade preparadora não tem competência para proferir decisões.
- b) A repartição processante deve consignar nos autos, mediante termo, a declaração de reincidência, assim considerada a repetição de infração idêntica, cometida pela mesma pessoa, no período de cinco anos contados da lavratura do auto de infração que formalizou a exigência anterior.
- c) O processo administrativo tributário, por ser regido pelo princípio da verdade material, não admite, como meio de prova, a presunção.
- d) A juntada de prova documental após a impugnação só produzirá efeito se admitida pela autoridade julgadora.
- e) No processo administrativo, a determinação de realização de diligência, em qualquer fase, compete exclusivamente à autoridade julgadora.

45- Os enunciados a seguir são verdadeiros, exceto:

- a) A impugnação deve conter a declaração do autuado de que não submeteu a mesma matéria à apreciação judicial, e a falsidade dessa declaração acarreta a nulidade do processo a partir da impugnação.
- b) Não instaura o litígio a impugnação, tempestivamente apresentada, cujo conteúdo seja de matéria já submetida a procedimento de consulta em andamento.
- c) Tendo em vista o princípio da informalidade, a impugnação tempestivamente apresentada poderá ser aditada enquanto não proferido o julgamento de primeira instância.
- d) A impugnação apresentada em repartição diferente da indicada no ato de intimação não instaura o litígio.
- e) Havendo pendência e consulta formulada previamente pelo sujeito passivo sobre a matéria objeto da exigência, não corre o prazo para impugnação enquanto não for dada ciência da resposta ao consulente.

46- Considerando as disposições relativas ao processo administrativo tributário, assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Decorridos 30 (trinta) dias da data da ciência, se não interposto recurso voluntário, torna-se definitiva a decisão de primeira instância.
- () Em caso de decisão definitiva que julgue inteiramente improcedente a exigência formalizada no auto de infração, cabe à autoridade preparadora exclusivamente determinar o arquivamento imediato dos autos.
- () As súmulas emanadas do Conselho de Recursos Fiscais são de adoção obrigatória pela autoridade fiscal e pelas autoridades julgadoras de primeira instância, só podendo ser descumprida pelo próprio Conselho, no julgamento de processos novos a ele submetidos.
- () A decisão que não admitir a impugnação por falta de preenchimento dos seus requisitos essenciais é irrecorrível.
- () Sempre que a autoridade julgadora de primeira instância exonerar o sujeito passivo de crédito tributário superior a 1.200 (mil e duzentas) UFIR, a autoridade preparadora deve interpor recurso de ofício, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, contados da ciência, pelo sujeito passivo, da decisão de segunda instância.

- a) F, F, F, V, F
- b) V, F, F, V, F
- c) F, V, V, F, V
- d) V, V, V, F, V
- e) F, F, V, V, F

47- No dia 12 de janeiro de 2004 o Auditor-Fiscal do Tesouro Estadual deu início a procedimento de fiscalização junto ao sujeito passivo **X**, para apurar determinados fatos. Nesse mesmo dia, **X**, tendo legítima dúvida a respeito da matéria relacionada com os fatos-objetos do procedimento fiscal iniciado, e tendo interesse em cumprir rigorosamente sua obrigação de pagar corretamente o tributo, formulou consulta para obter orientação com vistas ao cumprimento da legislação tributária. Na petição de consulta, informou estar sob procedimento de fiscalização, iniciado naquela mesma data, para apurar fatos relativos à matéria consultada. Com relação ao fato, assinale a opção correta.

- a) O auditor, ao lavrar o auto de infração relativo à matéria consultada, não pode aplicar a penalidade.

- b) O auditor fica impedido de lavrar auto de infração relacionado com a matéria consultada.
- c) A consulta deverá ser liminarmente rejeitada pela autoridade julgadora.
- d) O auditor pode lavrar auto de infração relativo à matéria consultada com aplicação de penalidade punitiva, mas a exigibilidade da obrigação fica suspensa, e se a solução da consulta for no mesmo sentido do auto de infração, o consulente pode pagar o crédito lançado nos dez dias seguintes à data da ciência da solução apenas com os acréscimos moratórios e com exclusão da multa punitiva.
- e) Enquanto não solucionada a consulta, o consulente pode continuar procedendo de acordo com o seu entendimento, e se a consulta for solucionada em sentido contrário, acarretando diferenças de tributo vencidas e não pagas, poderá recolhê-las sem quaisquer acréscimos no prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência da solução.

48- Considerando as disposições relativas aos procedimentos e ao processo administrativo tributário, assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () O consulente só tem direito de recorrer de solução de consulta se comprovar a existência de divergência entre soluções de consultas dadas para a mesma matéria, com fundamento em idêntica norma jurídica.
- () Ressalvada a interposição de recurso fundado em existência de soluções divergentes, o consulente tem o prazo de trinta dias, a partir da data da ciência, para adotar o entendimento da solução dada à consulta.
- () A restituição de imposto não dá direito à devolução das penalidades pecuniárias que sobre ele incidiram, salvo a multa de mora.
- () Têm legitimidade para pleitear a restituição de tributo indevidamente recolhido à Fazenda Estadual, o sujeito passivo ou terceiro que fizer prova de haver pago o tributo indevidamente pelo contribuinte.

- a) V, F, F, V
- b) F, F, V, V
- c) V, V, F, F
- d) F, V, V, F
- e) V, F, V, V

49- Considerando as disposições relativas ao procedimento de parcelamento de débitos do ICMS, assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Desconsiderados os parcelamentos concedidos por meio do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, o sujeito passivo não pode ter mais de três parcelamentos em curso.
- () Para ter direito à redução de 40% da multa de ofício, o contribuinte deve, no prazo para defesa, pagar a primeira prestação e renunciar expressamente à defesa, parcelando o débito num prazo máximo de sessenta meses.
- () A competência para deferir pedidos de parcelamentos de créditos tributários decorrentes de operação de substituição tributária é exclusiva do Secretário de Estado de Tributação.
- () O pedido de parcelamento protocolizado na repartição competente importa confissão de dívida e põe fim ao processo administrativo tributário.
- () O atraso no pagamento de parcela implica o cancelamento do parcelamento, vedado o reparcelamento.

- a) V, V, F, F, V
- b) F, F, V, V, F
- c) V, F, V, F, V
- d) V, F, F, V, F
- e) F, V, F, V, F

50- Considerando as disposições relativas aos procedimentos e ao processo administrativo tributário, assinale a assertiva correta.

- a) O depósito em garantia da totalidade ou de parte do crédito tributário, em moeda corrente, feito junto ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, e vinculado ao processo administrativo, tem como único efeito suspender a exigibilidade do crédito correspondente à parcela depositada.
- b) Uma vez vinculado a processo administrativo em curso, é vedado o levantamento do depósito ou sua conversão em renda antes do término do respectivo processo administrativo.
- c) Compete ao Coordenador de Tributação e Assessoria Técnica a expedição de ato homologatório ou denegatório de pedido de reconhecimento de benefícios fiscais.
- d) Compete ao Conselho de Recursos Fiscais apreciar os recursos interpostos das soluções de consulta.
- e) É assegurado ao contribuinte requerer retificação da Guia Informativa Mensal do ICMS – GIM e do Informativo Fiscal, sendo definitivo o despacho da autoridade que indeferi-lo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51- Avalie as indagações abaixo e em seguida assinale a resposta correta.

- Em caso de guerra externa, é vedado à União instituir impostos extraordinários não compreendidos em sua competência tributária?
- É permitido ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública?
- É permitido que o serviço de iluminação pública seja remunerado mediante taxa?

- a) Não, sim, não
- b) Não, não, sim
- c) Sim, sim, não
- d) Sim, não, sim
- e) Sim, sim, sim

52- Avalie as indagações abaixo e em seguida assinale a resposta correta.

- Cabe à União exigir o imposto sobre produtos industrializados antes de decorridos noventa dias da data de publicação da lei que o majorar?
- Empresa pública federal goza de imunidade tributária no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas atividades que não tenham fins lucrativos?
- Cabe aos Estados e ao Distrito Federal estabelecer hipótese de imunidade tributária em relação a fato que esteja sujeito à incidência do imposto sobre propriedade de veículos automotores?
- As contribuições sociais para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou aumentado?

- a) Não, sim, não, não
- b) Não, não, não, sim
- c) Sim, sim, sim, não
- d) Sim, não, sim, sim
- e) Sim, sim, não, não

53- Em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e sua disciplina na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) o ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) o ICMS incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- c) a definição dos contribuintes do ICMS é matéria reservada à lei complementar estadual.
- d) o ICMS não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
- e) incidirá o ICMS sobre as operações com ouro, quando este é definido em lei como ativo financeiro.

54- Avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

- () O imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), de competência dos Estados e do Distrito Federal, terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- () Não se admite a fixação de alíquotas diferenciadas do IPVA em função do tipo e utilização de veículo automotor.
- () A Constituição Federal exige deliberação conjunta dos Estados e do Distrito Federal, na forma regulada em lei complementar da União, para fixação de alíquotas máximas do IPVA.

- a) F, F, V
- b) F, V, F
- c) V, F, F
- d) V, V, F
- e) V, V, V

55- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

- () A imunidade tributária conferida pela Constituição Federal a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
- () É permitido à União exigir imposto sobre a renda auferida por Municípios que provenha de aluguel de imóveis a eles pertencentes.
- () O imóvel pertencente a entidade sindical de trabalhadores, ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tal entidade.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

56- Marque a opção correta.

- a) Cabe aos Estados e ao Distrito Federal instituir e cobrar adicional de até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.
- b) Não é permitido instituir e cobrar taxa de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto sobre propriedade territorial rural.
- c) O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos é instituído e cobrado pelos Municípios.
- d) É permitido à União continuar a exigir o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que instituiu com base na Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.
- e) É permitido à União, aos Estados e ao Distrito Federal instituir, nos respectivos âmbitos de atuação, contribuições de intervenção no domínio econômico.

57- Marque a resposta correta, considerando as formulações abaixo.

- I. Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- II. O depósito em títulos da dívida agrária suspende a exigibilidade do crédito tributário da União.
- III. Não é legítima a cobrança de multa fiscal de empresa em regime de concordata, porquanto, de acordo com o disposto no art. 112, II, do Código Tributário Nacional, a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- IV. É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

- a) Somente I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente I e II são verdadeiras.
- d) Somente I e IV são verdadeiras.
- e) Somente II e IV são verdadeiras.

58- Preencha as lacunas do texto abaixo e escolha, em seguida, a opção que contém a sequência em que foram preenchidas.

• Para fins de instituição e cobrança de taxas, o Código Tributário Nacional considera os serviços públicos:

_____, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários; _____, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas; _____ utilizados pelo contribuinte, quando por ele usufruídos a qualquer título.

- a) específicos / unitários / potencialmente
- b) individuais / autônomos / virtualmente
- c) utilizáveis / independentes / normalmente
- d) potenciais / necessários / essencialmente
- e) divisíveis / específicos / efetivamente

59- Marque a resposta correta, considerando as formulações abaixo.

- I. As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal são solidariamente obrigadas.
- II. A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade não pecuniária.
- III. O Código Tributário Nacional não permite a tributação de rendas provenientes de atividades ilícitas.
- IV. De acordo com o Código Tributário Nacional, cabe exclusivamente à autoridade judicial competente desconsiderar, em decisão fundamentada, os atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) Somente I e II são verdadeiras.
- c) Somente I, II e III são verdadeiras.
- d) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- e) Somente III e IV são verdadeiras.

60- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

- () É vedada a edição de medida provisória que implique majoração do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- () É vedado conceder, por meio de medida provisória, isenção do imposto sobre produtos industrializados.
- () Medida provisória que implique majoração do imposto sobre propriedade territorial rural só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

- a) F, F, V
- b) F, V, V
- c) V, V, F
- d) V, F, V
- e) V, F, F

61- Avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas. Em seguida, marque a opção correta.

- () É vedada a aplicação imediata da legislação tributária a fatos geradores cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.
- () A lei tributária é aplicável a ato ou fato pretérito definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.
- () A legislação tributária que disponha sobre parcelamento de crédito tributário deve ser interpretada literalmente.
- () Quando não há dúvida quanto à capitulação legal do fato, a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado.

- a) V, F, V, F
- b) V, V, F, V
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, F, V, F

62- Avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas. Em seguida, marque a resposta correta.

- () O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- () Mesmo no caso de ser possível a exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- () A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, F, V
- e) F, V, V

63- Em relação ao tema responsabilidade por infrações da legislação tributária, avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

- () A denúncia espontânea da infração, acompanhada de pedido de parcelamento do valor do tributo devido e dos juros de mora e apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, exclui a responsabilidade do agente.
- () Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente.
- () A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações da legislação tributária em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.

- a) V, F, F
- b) V, V, F
- c) F, F, V
- d) F, V, V
- e) F, F, F

64- Avalie as indagações abaixo e em seguida assinale a resposta correta.

- É vedada a aplicação ao lançamento da legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas?
- O crédito tributário tem a mesma natureza da obrigação tributária principal?
- A lei vigente à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, que tenha sido posteriormente revogada, é aplicável ao lançamento do crédito tributário?

- a) Sim, sim, sim
- b) Sim, sim, não
- c) Sim, não, sim
- d) Não, sim, sim
- e) Não, sim, não

65- Avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

- () É vedado conceder, mediante lei, moratória que abranja obrigação tributária cujo lançamento do respectivo crédito não tenha sido iniciado até a data de início de vigência da lei concessiva.
- () A concessão de moratória em caráter individual gera direito adquirido, vedada a sua revogação.
- () O Código Tributário Nacional permite que Lei Concessiva de Moratória circunscreva a sua aplicabilidade a determinada categoria de contribuintes.

- a) F, F, V
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) V, V, F
- e) V, V, V

66- Marque a opção correta.

- a) A compensação, a dação em pagamento em bens móveis e a decadência extinguem o crédito tributário.
- b) O parcelamento, o depósito do montante integral e a concessão de tutela antecipada em ação judicial suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A remissão, a decisão administrativa irreformável (decisão definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória) e a anistia são modalidades de extinção do crédito tributário.
- d) Extinguem o crédito tributário a transação, a conversão do depósito em renda e a decisão judicial proferida em última instância, integralmente favorável ao sujeito passivo, da qual caiba recurso.
- e) A moratória, a concessão de liminar em mandado de segurança e a isenção suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

67- Marque a resposta correta, considerando as formulações abaixo.

- I. O prazo de prescrição (cinco anos) da ação para a cobrança do crédito tributário tem como termo inicial a data de inscrição na dívida ativa.
- II. O reconhecimento do débito pelo devedor, se formalizado por ato extrajudicial, não interrompe o prazo de prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário.
- III. Na hipótese de anulação, por vício formal, do lançamento anteriormente efetuado, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que o houver anulado.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) Somente II é verdadeira.
- c) Somente III é verdadeira.
- d) Somente I e II são verdadeiras.
- e) Somente II e III são verdadeiras.

68- Avalie o acerto das formulações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas. Em seguida, marque a resposta correta.

- () A intimação ou citação judicial, validamente feita ao representante da Fazenda Pública interessada, interrompe o prazo de prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo.
- () A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- () A restituição vence juros capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

- a) V, F, F
- b) V, V, F
- c) V, F, V
- d) F, V, F
- e) F, V, V

69- Avalie as indagações abaixo e em seguida assinale a resposta correta.

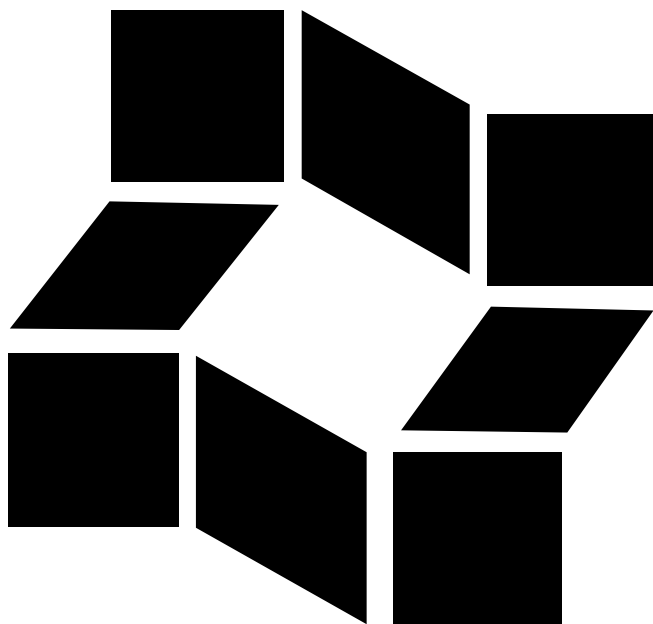
- É permitido conceder anistia que abranja atos praticados com simulação por terceiro em benefício do sujeito passivo?
- É permitido que lei tributária concessiva de anistia condicione o benefício fiscal ao pagamento de tributo?
- Admite-se a revogação por lei, a qualquer tempo, de isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições?
- É permitido que a isenção e a anistia sejam concedidas restritamente a determinada região do território do ente tributante, em função de condições a ela peculiares?

- a) Sim, não, sim, sim
- b) Sim, sim, não, sim
- c) Sim, sim, não, não
- d) Não, não, não, sim
- e) Não, sim, não, sim

70- Marque a resposta correta, considerando as formulações abaixo.

- I. O Código Tributário Nacional veda que lei estadual autorize os órgãos da administração pública estadual direta a aceitar proposta em concorrência pública sem que o proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Estadual, relativos à atividade em cujo exercício concorre.
- II. Os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência, devem ser pagos preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho e os protegidos por garantia real.
- III. A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita à habilitação em inventário, exceto se houver herdeiro civilmente incapaz.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) Somente II é verdadeira.
- c) Somente I e II são verdadeiras.
- d) Somente I e III são verdadeiras.
- e) Todas são falsas.



ESAF